

POLÍTICA

Ipasgo mira auditorias em benefício de servidores

SAÚDE Instituto quer alterar sistema interno por causa de fraudes como solicitação médica emitida e auditada pelo mesmo profissional

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

O Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo) fará licitação para alterar sistema de informática e começou este ano a notificar auditores após casos de fraudes. Além do que foi divulgado por conta de operações da Polícia Civil (Morfina e Metástase) em 2019, O POPULAR teve acesso a levantamento que revela entre as irregularidades - ainda investigadas - até a prescrição médica emitida e auditada pelo mesmo profissional de saúde.

As auditorias que beneficiavam funcionários do Ipasgo, que geram, no mínimo, conflito de interesses, o presidente do instituto, Silvio Fernandes, reconheceu que brechas ainda existem e não se limitam a casos verificados entre 2014 e 2018. "Não dá para dizer desde quando aconteceu, o sistema é falho, há 40 tipos de programas rodando dados e um levantamento quase que artesanal. Trabalha para dificultar a transparência e reflete até hoje", afirma.

A licitação para contratação de serviços de apoio operacional à autogestão e com disponibilização de softwares, segundo ele, está em andamento. A suspensão da mesma foi publicada ontem no Diário Oficial do Estado, mas o objetivo seria apenas fazer algumas alterações. O Ipasgo não divulgou quais seriam elas. Edital de dezembro do ano passado tinha valor estimado em R\$ 174,645 milhões e a abertura da concorrência estava prevista para o dia 11 de fevereiro.

Por conta do alto valor, essa solução para estancar possíveis falhas e gastos desnecessários é criticada pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço

“**“**
Não dá para dizer desde quando aconteceu, o sistema é falho, há 40 tipos de programas rodando dados”

Silvio Fernandes,
presidente do Ipasgo

Público do Estado de Goiás (Sindicato Público). "Isso corresponde a 10% da arrecadação anual que é descontada dos segurados", pontua o presidente da entidade, Nylo Sérgio. Ele diz que há gargalos e melhorias precisam ser feitas, contudo o posicionamento é de que faltam justificativas para o investimento por esse preço.

Silvio defende que a licitação é vital para ter organização administrativa e barrar casos suspeitos. "Gastamos mais ou menos R\$ 21 por usuário por mês. A ideia é passar o valor da licitação para R\$ 23. Seriam R\$ 2 a mais com economia assistencial de R\$ 42." Ao todo são 625 mil pessoas atendidas. Crescimento dos gastos, porém, ele ressalta que não estão ligados somente a pagamentos indevidos ou que deveriam ser questionados, mas também há fatores como inflação da saúde.

AUDITORES

Outra solução apresentada pelo instituto para coibir irregularidades é a notificação de auditores, que começou a ser realizada. O pedido é para que identifiquem se possuem vínculo com empresas, pois há casos de servidores sócios de instituições credenciadas ao Ipasgo, e para que se comprometam a não auditar em causa própria. Legislação proíbe participação de empresas cujos sócios, administradores ou empregados sejam servidores ou dirigentes dos órgãos contratantes.

Além de emissões e autorizações feitas por um mesmo servidor, relatório aponta atendimento solicitado em nome de um usuário do plano e liberado em favor de outro diferente e procedimentos, como internações, autorizados com guias sem a assinatura dos beneficiários ou de seu responsável. Outros erros são a falta da assinatura ou registro de médicos em guias, pagamentos de serviços que não integram contratos com prestadores e liberações de créditos sem comprovação.

Procurado pela reportagem o Conselho Regional de Medicina de Goiás não quis se manifestar. Enquanto o Sindicato dos Médicos no Estado de Goiás esclareceu por nota que "o exercício da ética e da moralidade são intransponíveis, sobretudo para a classe médica, que se dedica ao próximo".

Para autorizar e pagar

Com falhas identificadas, Ipasgo deve alterar sistema para reduzir gastos e irregularidades

FALHAS INVESTIGADAS

- Procedimentos e internações com guias sem assinatura de beneficiários ou responsáveis
- Solicitação de exames/internações sem identificação do médico solicitante ou sua assinatura
- Relatórios médicos ou de atendimento sem a assinatura dos responsáveis
- Profissionais da saúde solicitavam e autorizavam o mesmo procedimento
- Médicos recebiam honorários por medicamentos orais
- Cobrança de serviços não contratualizados com prestadores
- Auditor solicitava que faturas e guias de determinado prestador fossem colocadas com status de auditadas, o que liberava da auditoria convencional
- Falta de análise médica na autorização de procedimentos
- Autorização de materiais e medicamentos sem anuência de um auditor

RELAÇÃO GASTO X USUÁRIOS

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Gastos assistenciais	R\$ 873,6 milhões	R\$ 979,6 milhões	R\$ 1,081 bilhão	R\$ 1,247 bilhão	R\$ 1,376 bilhão	R\$ 1,539 bilhão
Número de usuários	599.34	599.591	605.575	619.522	626.233	622.868
Déficit do instituto	R\$ 111,1 milhões	R\$ 136,9 milhões	R\$ 175,4 milhões	R\$ 223 milhões	R\$ 152,8 milhões	R\$ 65 milhões

DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS COM ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA POR PRESTADORES

Em 2017 e 2018

Hospital	45,6%
Clínica médica	22,5%
Clínica de imagem	8,5%
Laboratório	5,4%
Serviços hospitalares	4,9%
Cooperativa	4,3%
Clínica odontológica	4,1%
Fornecedor credenciado	3,6%
Clínica fisioterapêutica	0,6%
Clínicas de psicologia	0,2%
Nutricionista	0,1%
Clínica fonoaudiológica	0,1%
Medicina do trabalho	0,02%
Outros	0,01%

Fonte: Ipasgo

Desperdícios chegariam a R\$ 20 milhões, diz presidente

Gastos mensais por conta de falhas gerais somam até R\$ 20 milhões por mês, segundo estimativa do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo). O presidente, Silvio Fernandes, explica que a conta é sobre o que pode ainda ser usado de maneira incorreta e que a gestão não tem conseguido barrar. Especialmente por causa do sistema de informática e falta de ferramentas adequadas para trabalho correto de auditoria dos processos.

"Não basta ter pessoas sem ferramentas. Não adianta colocar regras para auditores sem ferramenta. Na era digital, não

se pode achar que tem de fazer de maneira manual. É premiada a ineficiência."

Com casos de irregularidades e até crimes identificados e que ainda são alvo de investigação policial, o Ipasgo enfrenta crescimento de gastos e brechas históricas que permitem desvios, segundo Silvio. Os balanços financeiros apontam um crescimento de 76% nos gastos assistenciais entre 2014 e 2019.

Enquanto isso, relatórios mostram que gastos eram autorizados mesmo quando falhas deveriam ser claras, como a ausência de assinaturas ou preços muito acima do praticado no

mercado. Por conta de auditorias automáticas, não havia questionamentos ou glosos por parte da equipe de auditoria e o sistema de tecnologia também não teria realizado travas automáticas diante das solicitações repetidas de liberações ou falta de documentação.

"Tomamos ciência do problema através das primeiras tomadas de conta no início da gestão. Conseguimos identificar todo o tipo de irregularidade." Além de licitação para troca de sistema e novas ferramentas, o Ipasgo também deve realizar licitação futura para auditoria interna, conforme afirma.